

# “MOVIMENTO HIGIENISTA” NA HISTÓRIA DA VIDA PRIVADA NO BRASIL: DO HOMOGÊNEO AO HETEROGÊNEO<sup>1</sup>

EDIVALDO GÓIS JUNIOR

Doutorando em Produção Histórica da Educação Física da Universidade Gama Filho/RJ,  
Professor de Dimensões Históricas e Sociais da Educação Física na UNINOVE

## Resumo

Este ensaio tem como objetivo refletir sobre a homogeneidade ou heterogeneidade do discurso do “movimento higienista”. Para isso, enfatizamos a análise de discursos teóricos e propostas de intervenção dos higienistas. Chegamos à conclusão de que havia uma mentalidade heterogênea e difusa entre eles, com propostas que iam da regulamentação dos casamentos entre indivíduos mais aptos e esterilização, até a democratização da saúde e da educação.

**Palavras-chave:** higienistas; sociedade; eugenia da raça.

## “MOVIMENTO HIGIENISTA” E HISTORIOGRAFIA

No fim do século XIX e início do XX, surgia uma nova mentalidade que se propunha a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos. Convencionou-se chamá-la de “movimento higienista”.

Neste artigo, procuraremos refletir sobre o discurso e as propostas de intervenção de intelectuais ligados a esse movimento que tinham em comum o desejo de melhorar as condições de saúde coletiva da população brasileira, aos quais chamaremos de “higienistas”, em um sentido amplo, sem limitar o termo a médicos sanitários e estudiosos da Higiene. Com este intuito, coletamos fontes primárias que datam, principalmente, da década de trinta, pois a maioria das produções sobre o assunto se concentra na primeira década do século XX e no episódio da Revolta da Vacina. O estudo do pensamento higienista posterior à Revolta da Vacina, com predomínio de uma política de saúde nos moldes de uma campanha policial, pode dar-nos uma idéia mais complexa e heterogênea das mentalidades higienistas.

Recentemente, na publicação da obra *História da Vida Privada no Brasil*, em volume dirigido por Fernando Novais e organizado por Nicolau Sevcenko, Paulo César Garcez Marins, no capítulo “Habitação e Vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, atribuiu uma homogeneidade ao discurso higienista, caracterizando-o como movimento social orientado pelos interesses das classes dirigentes. Nos seus estudos sobre a urbanização, o autor considera o discurso higienista um reflexo do pensamento das elites, que pretendiam perseguir o povo em suas próprias habitações. Nas palavras do autor, as populações pobres eram “acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas; essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam das ruas, mas

## Abstract

This paper intends to contemplate the idea of either homogeneity or heterogeneity from the discourse of the “hygienist movement”. For this the analysis of theoretical discourses and the hygienists' intervention proposals were emphasized. The reached conclusion states that, in the past, there must have been both heterogeneous and diffused mentality among the hygienists, since their proposals ranged from the regulation of marriages between more capable individuals and sterilization to the democratization of health care and education

**Key words:** hygienists; society; eugenic of the race.

sobretudo ficariam fustigadas em suas habitações”. (MARINS, 1998:133)

Neste artigo demonstraremos que, por muitas vezes, ao contrário do que pensa e escreve Marins, o discurso higienista colaborou para que as denominações que circundavam o brasileiro, como a de inferioridade, fossem superadas no pensamento social nacional. Nestes escritos, o objetivo central é refletir sobre a tese que pensa o “movimento higienista” como aliado das elites econômicas em todas as suas manifestações, de acordo com a passagem:

A ambição de arrancar do seio da capital as habitações e moradores indesejados pelas elites dirigentes começou a se materializar com as medidas visando à demolição dos numerosos cortiços e estalagens, espalhados por todas as freguesias centrais do Rio de Janeiro, o que se procedeu sob a legitimação conferida pelo sanitário. (MARINS, 1998:141)

Com o objetivo de testar a tese de homogeneidade do discurso higienista, pretendemos abordar o intenso debate interno que existia dentro do “movimento higienista”, no que se refere à sua intervenção, aos seus meios, teorias e ideais, ou seja, pensamos que os higienistas viviam uma heterogeneidade de propostas práticas e teóricas que, por diversas ocasiões, caminhavam no sentido de melhorar as condições de vida da classe trabalhadora no que se refere a salários, saúde, educação, jornada de trabalho, enfim, tudo que colaborasse para a valorização do povo brasileiro, fatos não abordados pela historiografia de Marins.

1 A ortografia de época foi mantida nas fontes primárias.

## OS HIGIENISTAS: CRÍTICA DA SOCIEDADE E POLÊMICA RACIAL

Da célebre frase de Miguel Couto: “O Brasil é um imenso hospital”, em 1916, ao aumento do papel do Estado nas áreas sociais em 1930, os higienistas debateram, opuseram-se e fizeram propostas de intervenção antagônicas, alteraram um quadro político de apatia para um debate polêmico em torno da modernização. Atingiram todos os setores da sociedade com o argumento da higiene. Para eles, Higiene seria uma área de conhecimento da Biologia com o objetivo de melhorar a qualidade de vida humana, prevenir as doenças, aprimorar a saúde, descobrir cientificamente os melhores hábitos para a defesa da saúde individual e coletiva<sup>2</sup> (ELLIS JÚNIOR, 1933; BAPTISTA, 1941; ABREU, 1929; BARROSO, s.d.). Com essa autoridade, os médicos prescreveram novos hábitos sobre todas as condições que pudessem afetar, de algum modo, a saúde, ou seja, todas as atividades humanas - trabalho, escola, moradia, asseio corporal, moralidade. Se o país estava doente, cabia curá-lo, ou melhor, saneá-lo.

Muitos “higienistas” tomavam como referência a idéia que preconizava ser a falta de saúde e educação do povo responsável por nosso atraso em relação à Europa. A situação de miséria do Brasil tinha explicações em fatores sociais, e, por esse motivo, julgavam poder cumprir, com o simples apoio financeiro do Estado, o papel de modernizadores do Brasil. Muitos deles foram atrás deste título. O primeiro passo tomado foi criticar a situação de abandono e, depois, negar a inferioridade biológico-racial do povo brasileiro, incapacitado para o trabalho moderno por questões sociais, e não por sua condição etno-biológica.

Miguel Couto, sobre a questão do determinismo racial, era categórico:

Não há raças humanas, nem superiores nem inferiores, o que há são povos adaptados ao meio em que nasceram e se formaram, e que transferidos para outros se constituem o centro do metabolismo longo e eficiente(...). Um país de imigração como o nosso, na altura em que se acha, já está em tempo de cuidar de sua seleção social não tanto pelo medo do contágio dos efeitos, como pela necessidade de apuro de qualidades. (COUTO, 1932:82)

Couto se afastava do pensamento determinista racial. Para ele, as características do indivíduo não eram somente transmitidas geneticamente; tinham a influência do ambiente. E estas qualidades adquiridas, com a influência do ambiente, poderiam ser transmitidas às gerações, como era defendido pela teoria evolucionista de Lamarck, que consistia na tese da influência das variações do meio

sobre a evolução do seres vivos, isto é, a mudança das condições de vida provoca uma mudança das necessidades, a seguir dos hábitos, para depois mudar geneticamente o próprio organismo (MARQUES, 1997). Portanto, se o povo brasileiro se encontrava fragilizado no aspecto da saúde, isso não se devia a sua constituição genética inferior, como pregavam os deterministas-raciais, mas ao ambiente e à condição de abandono, que vinham inferiorizando a raça no decorrer dos tempos. Então, o que fazer? Melhorar a raça pela educação, como ele mesmo indica: “só há um problema nacional: a educação do povo. A decadência da raça não se há de fazer na nossa terra, e o remédio do soberano é a cultura; o culto se faz são, o são se torna forte e o forte herda à prole a sua robustez”. (COUTO, 1933:142)

Por meio da Educação se formaria uma cultura brasileira e um povo mais saudável, com melhores condições de vida. Se a educação fosse democratizada, o povo poderia adquirir virtudes valorizadas na época, cuidaria melhor de si mesmo e educaria melhor seus filhos, preparando-se para o trabalho moderno e possibilitando ao Brasil um maior desenvolvimento. Seria mais saudável, pois aprenderia os novos hábitos higiênicos indicados pelos cientistas. O brasileiro criaria um sentimento comum de nacionalidade, uma cultura própria. Esse era o objetivo da intervenção da educação e da saúde. Com esse discurso, os higienistas colaboraram para a melhoria das condições de vida do trabalhador.

Belisário Penna, por exemplo, líder da Liga Pró-Saneamento do Brasil, compartilhava a idéia de povo doente e abandonado pelo Estado. Ele não acreditava nas teorias européias sobre a inferioridade da raça brasileira.

N’um país de doentes e analphabetos como o Brasil, a preocupação máxima, primordial, de governantes conscientes deveria ser a do saneamento physico, moral e intelectual dos seus habitantes. Não há prosperidade, não pode haver progresso entre indivíduos ignorantes, e muito menos quando á ignorância se juntam as moléstias e os vícios, o abatimento physico e intellectual, as lesões de órgãos essenciais. (PENNA, 1923: 25)

Nos escritos deste higienista, encontramos o ideal da intervenção do Estado com o objetivo de promover a saúde e educação do povo. Não encontramos referências sobre a adoção de uma teoria evolucionista lamarckista (melhoria do genótipo pela modificação do fenótipo) como as encontradas na obra de Miguel Couto<sup>3</sup> (GÓIS JUNIOR, 1999). Belisário Penna aproxima-se mais do pensamento de Alberto Torres: para ele, o problema do Brasil era falta de vontade política e de organização.

2 Todos os manuais de higiene estudados nesta pesquisa concordavam com essa definição.

3 Fernando de Azevedo e Manuel Bonfim também foram influenciados pelo lamarckismo.

Nos termos do autor,

todos os problemas relativos à salubridade das regiões e à saúde dos seus habitantes prendem-se intimamente aos de sua organização política e social. Cada um deles não pode ser resolvido sem o concurso dos outros; são rodas conjugadas de uma maquina, que só funciona regularmente quando suas engrenagens se ajustam e os seus eixos não se deslocam. (PENNA, 1923: 68)

Na opinião de Belisário Penna, era preciso organizar o país; afirmava que não faltavam recursos ao governo e criticava a política de empréstimos financeiros e de emissão de títulos da dívida pública (precatórios). Penna tinha uma preocupação central: sanear o interior do Brasil. Citando os relatórios de Carlos Chagas e Oswaldo Cruz, ele verificou o estado de completo abandono do povo, sem assistência de nenhuma espécie, entregue à malária e outras doenças. O povo do interior não tinha informações sobre as formas de prevenção das moléstias. Mesmo que a população soubesse de todas as indicações médicas e das formas profiláticas, não teria condições de praticá-las, afirmava aquele autor, pois não tinha recursos para se alimentar nem para se medicar. Belisário tinha claro que não bastava ensinar a população a se cuidar; era preciso ensiná-la a trabalhar, a garantir seu sustento por meio de um emprego com salário justo. Como indicar ao indivíduo que tomasse banho todos os dias e usasse roupas limpas, se ele não tinha o que comer?

Diante desse quadro, o higienista poderia direcionar seu discurso para outros setores da sociedade, mas, ao contrário, discursou em favor da mudança deste panorama desolador, denunciando um país que deixava seu povo padecer isolado no campo. Dizia ele: “eis a causa da apavorante mortandade de crianças, de que não há muito os jornais se ocuparam, gastando muita tinta sem descortinar o seu principal factor – a fome” (PENNA, 1923: 90). Ele aponta a pobreza no campo e na cidade, e sua conseqüência, a fome, como causas de nossa debilidade física; portanto, nosso problema era social. Propunha o autor uma visita às periferias do Rio de Janeiro, pois ali encontraríamos o mesmo contexto desolador do interior, criado pelas más condições de vida dos trabalhadores. Para ele, a questão racial estava longe de ser o problema mas, sim, os fatores sociais. E o caminho de superação era o investimento nos ensinamentos da ciência em todos os ramos da atividade humana, assistidos pela medicina e higiene, e na capacitação para o trabalho profissional, o que exigia a intervenção do Estado. Nos seus escritos: “Nós ficamos mais ou menos impassíveis, alegando que o mal foi importado da África ou de Alhures, que está generalizado, que é próprio do clima e da raça, que é muito difícil de combater-se, e quejandas tolices.” (PENNA, 1923: 56)

Para o leitor que conhece o “movimento higienista” pela historiografia da vida privada no Brasil, e por muitos autores da historiografia da Educação, a leitura dessas passagens deve causar no mínimo uma reflexão. Vale lembrar que este autor foi um dos mais representativos do “movimento higienista” no Brasil: influenciou intelectuais como Monteiro Lobato, organizou expedições pelo interior do país, diagnosticando várias doenças, e denunciou a falta de responsabilidade do Estado com o problema da saúde. Unido a Arthur Neiva, liderou a Liga Pró-Saneamento do Brasil, um dos movimentos de maior repercussão na área médica, entidade embrionária da Sociedade Brasileira de Higiene. Tinha sempre em mente que a obra de saneamento era um projeto de intervenção social e que, definitivamente, nosso problema era social.

### **O “MOVIMENTO HIGIENISTA”: SEUS CONTRASTES E SUA COMPLEXIDADE**

O “movimento higienista” compunha-se de uma frente ampla que abrigava várias posições políticas, que iam da esquerda para a direita, e vários métodos de intervenção, que iam da democratização da educação e da saúde à regulamentação de casamentos, esterilização, segregação (correntes da Eugenia). Com o intuito de descrever melhor este panorama, pretendemos desvelar as complexidades do movimento no Brasil.

Depois da descrição que fizemos, podemos perceber que o “movimento higienista”, como todo movimento social amplo, aglutinava meios teóricos e práticos diversos para chegar à mesma finalidade, ou seja, melhorar a saúde da população – esta era a finalidade que aglutinava. O movimento estudantil “Fora Collor”, por exemplo, reuniu milhares de estudantes com um único objetivo comum: derrubar o presidente. Mas se forem discutidos os meios teóricos e práticos para chegar a esse objetivo, constata-se que as idéias trafegavam do anarquismo ao liberalismo. Não se pode rotular este movimento de comunista, de esquerda: isso seria agir de maneira precipitada. Essa diversidade de ideologias ocorre também no Movimento “Diretas Já” e no Movimento Sem Terra, em que podemos encontrar stalinistas, trotskistas, reformistas, e pessoas que só querem trabalhar. Enfim, quando um movimento é amplo e democrático, várias mentalidades influenciam sua intervenção e a teoria que o orienta.

Embora os higienistas não fizessem passeatas, tinham outras formas de pressionar, que eram discutidas nos Congressos de Higiene e Eugenia. Nestes, definiam-se quais deveriam ser os meios para se chegar ao objetivo comum. Na bibliografia da época podemos observar que não havia discordância sobre as normas das várias divisões da Higiene. Assim, as normas sobre a higiene da Escola, do trabalho, das ruas, do as-

seio corporal não se contradiziam.<sup>4</sup> Com exceção de um tema: a Higiene da Raça, ou Eugenia. Pedro Ângelo Pagni afirma que:

A leitura do movimento eugênico feita apenas por um de seus integrantes poderia fazer com que se tivesse uma leitura homogênea desse movimento. O próprio Renato Khel, todavia, apressa-se em desmistificar essa idéia, dizendo que dentro desse movimento há uma disputa entre os “consangüinistas” e os “anti-consangüinistas”. O que implica dizer que havia divergências dentro desse movimento, sobretudo teóricas. Disputas essas que também podem ser verificadas, por exemplo, nos próprios textos e documentos de seus integrantes. Um exemplo típico desse conflito é uma análise antropológica, realizada por Fróes da Fonseca sobre a questão da raça, onde ele chega a concluir que o problema do Brasil não é racial...(PAGNI, 1994: 123-4)

Para entender esta primeira divisão entre os higienistas – que se resumia aos que eram favoráveis à regulamentação dos casamentos entre os mais aptos (até mesmo entre primos), apresentando qualidades físicas necessárias para um hipotético aprimoramento racial, e aos que eram contra –, cabe analisar as teorias em voga na época sobre o tema. Para isso, descreveremos, sucintamente, as teorias da Antropologia Física (corrente etnológico-biológica), do darwinismo social, de Galton, Lamarck, e dos interventores sociais, em relação à raça.

Entre essas, a corrente mais tradicional era a etnológico-biológica, baseada no estudo das características físicas das raças. Paul Broca, médico francês, um dos maiores nomes desta corrente, constatou que o cérebro dos negros era menor que o dos brancos (dados que posteriormente foram bastante criticados), o que pressupunha superioridade intelectual dos últimos. Esta primeira teoria defendia um determinismo racial (SKIDMORE, 1989). Interessante constatar que nenhum higienista faz alusão a essa teoria nos Congressos de Higiene e Eugenia, evidenciando seu desuso no início do século XX no Brasil.

Já os darwinistas sociais usavam a teoria evolucionista de Charles Darwin para comprovar a tese de raças superiores e inferiores. Segundo esta corrente, as raças superiores teriam uma melhor adaptação ao meio em que viviam, e sobreviveriam, o que não aconteceria com as raças inferiores, condenadas ao desaparecimento. Portanto, a humanidade evoluiria, chegando a uma raça homogênea, mais apta (SKIDMORE, 1989). Esta teoria fundamentou a campanha de embranquecimento do Brasil, sob o argumento de que a alta mortalidade dos negros se devia a sua inferioridade, e que a mistura de raças com tendência

de embranquecimento faria o elemento negro desaparecer do país. Afrânio Peixoto, por exemplo, era um dos defensores dessa tese. Por outro lado, não poderíamos dizer que este autor e outros eram darwinistas sociais *stricto sensu*, pois apostavam na mistura de raças, o que era condenado pelos darwinistas sociais.

Uma outra corrente da Eugenia era a de Galton, uma teoria que se baseava na evolução biológica de Darwin. Para ele, esta evolução natural poderia ser auxiliada pela intervenção médica, possibilitando a reprodução dos indivíduos mais aptos, o que se daria pela regulamentação de casamentos: os médicos identificariam os mais aptos e favoreceriam seus casamentos; além disso, esterilizariam os doentes mentais. Sobre a hereditariedade, Galton tinha a seguinte posição: caracteres adquiridos, como educação e robustez, não se transmitiam hereditariamente (MARQUES, 1997). Um adepto desta teoria era Waldemar Areno, médico e professor da cadeira de Higiene da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, o qual dizia que, excetuando-se as discussões em setores da Biologia, ficava evidente que características adquiridas não eram transmitidas às gerações futuras. Era favorável também à regulamentação dos casamentos e à esterilização de indivíduos ‘disgênicos’ (ARENO, 1949). Cabe destacar que os eugenistas não determinavam estes indivíduos ‘disgênicos’ pela raça, mas, sim, por portarem determinadas doenças. O maior nome dessas idéias no Brasil foi Renato Kehl.

Ao contrário da teoria de Galton, Lamarck pregava que caracteres adquiridos para adaptação ao meio poderiam ser transmitidos hereditariamente. Isto justificava a evolução do pescoço da girafa, uma adaptação ao meio, que possibilitou a ela alimentar-se de vegetais de altas árvores (esta teoria não é aceita atualmente). A necessidade do meio gerou uma característica que passou a ser codificada geneticamente (MARQUES, 1997). Acreditando nessa tese, higienistas justificaram a intervenção estatal na educação e na saúde do povo. Ao absorver cultura, a população adquiriria um caráter que seria passado hereditariamente aos descendentes. Esta teoria, somada à dos interventores sociais, basearia o higienismo intervencionista, que objetivava a democratização da saúde e da educação para melhorar a raça. Podemos exemplificá-la na obra de Manoel Bonfim, na qual narra, por exemplo, que os ibéricos, ao conviverem com os mouros, assimilaram uma agressividade contundente, transmitida de geração a geração pelo caráter nacional (características psicológicas coletivas herdadas geneticamente) (BONFIM, 1905). Acreditava ele que as características psicológicas de um povo, adquiridas ao longo de sua história, pudessem ser transmitidas hereditariamente. Talvez Bonfim nunca tenha lido Lamarck ou Mendel<sup>5</sup>; no entanto, por influência de seu tempo, utilizou pressupostos da teoria lamarkista.

4 Cf. Os Manuais de Higiene: Ellis Junior, Alfredo. *Noções elementares de higiene e de biologia*. São Paulo, Saraiva, 1933; Baptista, Amaro Augusto de Oliveira. *Elementos de higiene*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1941; Abreu, Henrique Tanner de. *Estudos de higiene*. Rio de Janeiro, Quaresma, 1929; Barroso, Sebastião. *Higiene para todos*. São Paulo, Melhoramentos, s.d.

5 As experiências mendelianas, na época, serviram de prova empírica para o Lamarckismo.

Outra linha bem próxima a este pensamento é a intervencionista social. Os interventores sociais queriam uma ação higienista com o objetivo de prestar assistência médica aos pobres, de democratizar as normas higiênicas, de tornar o trabalho justo. Viam, porém, que isso só seria alcançado por meio de reformas sociais profundas que atingissem a organização política e fomentassem um Estado interventor: queriam sanear o país pela higiene. Não se pautavam no discurso racial, sobretudo; para eles, o problema brasileiro era social. O mais representativo pensador desta corrente, no “movimento higienista”, foi Belisário Penna.

Portanto, todas essas mentalidades foram amalgamadas nos Congressos de Higiene e Eugenia, o que resultou num grande debate entre as correntes. Muitos higienistas, em meio a essa conturbada discussão, acabaram abandonando as correntes teóricas e defendendo uma prática interventora, que, muitas vezes, unia pressupostos de teorias diferentes e corroborava uma maior complexidade no entendimento do pensamento higienista. Isso se reflete na descrição de Vera Marques sobre as divergências dos Congressos, como evidenciaremos a seguir.

A partir dos anos vinte, o discurso da Eugenia afastou-se dos pressupostos arianistas defendidos por Oliveira Vianna e das teorias deterministas raciais e começa a sintonizar com um pensamento mais próximo de Galton, que não enfatizava o determinismo racial, e sim o melhoramento da espécie. Renato Kehl foi o defensor da tese de melhoramento racial pela intervenção eugênica. Ele queria a aprovação em várias entidades e congressos do movimento pela regulamentação dos casamentos. Na Sociedade Eugênica de São Paulo, por exemplo, sua proposta foi derrotada, resultando no seu desligamento dela. Mais tarde, comentaria o assunto:

Meus senhores (...) a associação eugênica que tive a honra de fundar sob os auspícios de Arnaldo Vieira de Carvalho, depois da morte deste ilustre patrício e depois de minha transferência para esta capital (Rio de Janeiro) caiu em estado de latência, para não dizer que morreu, devido à inconstância no entusiasmo que despertam as iniciativas sérias e altruísticas no nosso país. (KEHL Apud MARQUES, 1997: 58)

Cético em relação aos progressos paulistas na questão da raça, Kehl abandonou a entidade e partiu em campanha para o Rio de Janeiro. Mas esta não seria a primeira nem a última vez que as teorias sobre a Eugenia se confrontariam. Kehl ainda teria de enfrentar a influência do pensamento de Alberto Torres no “movimento higienista”, que resultava na rejeição às

teorias determinista-raciais. Muitos higienistas perceberam que a causa da debilidade do povo era a incapacidade das elites de cuidarem dos problemas sociais. No Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, o antropólogo Fróes da Fonseca, ao ler Lições de Eugenia de Renato Kehl, texto distribuído no Congresso, assim se pronunciou: “Não nos parece pois que a organização das populações brasileiras seja problema racial. Como o têm reconhecido todos os grandes espíritos que têm procurado pôr em equação o nosso futuro, o problema fundamental é o da educação em geral e o da higiene em especial”. (FONSECA Apud MARQUES, 1997: 66)

Era a defesa dos interventores sociais, que viam na Eugenia uma forma de melhorar o homem brasileiro, mas despiam-se de qualquer idéia de características raciais superiores ou inferiores. Concordavam com eles os adeptos da teoria lamarckista: era preciso intervir nas condições sociais do país. Assim defendia Roquete Pinto: “...é uma questão bastante difícil, à primeira vista; pois que o resultado dos casamentos é condicionado não somente por fatores biológicos mas também por fatores sociais” (PINTO Apud MARQUES, 1997: 66). Ele deixava claro que não adiantavam os casamentos entre indivíduos mais aptos, se estes não tivessem condições sociais favoráveis. Por outro lado, dizia que não só o aspecto social deveria ser observado, mas também o biológico. Era preciso que o povo adquirisse características positivas, que seriam transmitidas aos filhos – precisávamos melhorar as condições sociais para melhorar a raça; tínhamos de progredir, como alude Fernando de Azevedo: “Progredir ou desaparecer, que significará isto, senão regenerar ou desaparecer! A regeneração física é incontestavelmente um dos maiores factores do progresso, senão for, talvez, este o próprio progresso”. (AZEVEDO, 1933: 14)

O debate se intensificou. Contudo, as idéias galtonianas nunca foram adotadas no Brasil, o que não aconteceu com as propostas intervencionistas e lamarckistas, pois, a partir de 1930, com a formação do Estado Nacional Brasileiro, muitas orientações higienistas foram seguidas para democratizar a incipiente estrutura de saúde e educação no país.

Indutivamente, concluímos que, se não podemos definir uma mentalidade higienista, dadas as várias divergências teóricas em relação à intervenção no Brasil, é possível definir o “movimento higienista” pelo que tinha de comum: seu objetivo, que era o estabelecimento de normas e hábitos para conservar e aprimorar a saúde coletiva e individual. Somente nesse aspecto é que podemos encontrar certa homogeneidade; fora dele, o que resta é uma mentalidade higienista em uma generalidade difusa e heterogênea.

### REFÊRENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Henrique Tanner de. *Estudos de hygiene*. Rio de Janeiro: Quaresma, 1929.
- ARENO, Waldemar. 1949. *Higiene aplicada à Educação Física*. Rio de Janeiro: s. c.p., p.10.
- AZEVEDO, Fernando, 1933. O problema da regeneração: Educação Physica, número 5.
- BAPTISTA, Amaro Augusto de Oliveira. *Elementos de hygiene*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1941.
- BARROSO, Sebastião. *Hygiene para todos*. São Paulo: Melhoramentos, S.d.
- BONFIM, Manoel. *A América Latina: Males de Origem*. Rio de Janeiro: Garnier, 1905.
- COUTO, Miguel. Seleção Social no Brasil. Medicina e Cultura, Rio de Janeiro: Oscar Mano e Cia., vol. 1, 1932.
- \_\_\_\_\_. A Educação e a Saúde. In: *No Brasil só há um problema nacional: a educação do povo*. Rio de Janeiro: Tipog. do Jornal do Comércio, 1933.
- ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *Noções elementares de hygiene e de biologia*. São Paulo: Saraiva, 1933.
- GÓIS JUNIOR, E. 2000. *Os higienistas e a Educação Física: a história de seus ideais*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho.
- MARINS, Paulo César. Habitação e vizinhança. In: SEVCENKO (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, vol. 3, 1998.
- MARQUES, Vera. *Medicalização da Raça*. Campinas: Edunicamp, 1997.
- PAGNI, Pedro. Fernando de Azevedo: Educador do Corpo. 1994. Dissertação de Mestrado. PUC SP.
- PENNA, Belisário. Saneamento do Brasil. 2ª edição. R de Janeiro: Ribeiro dos Santos, 1923.
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no Branco. Raça e Nacionalidade no pensamento brasileiro*. São Paulo; Paz e Terra , 1989